

TERRITÓRIOS NATIVOS: A CARTE DE LA TERRE FERME DU PEROU, DU BRÉSIL ET DU PAYS DES AMAZONES DE GUILLAUME DE L'ISLE (1703) E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

NATIVE TERRITORIES: THE CARTE DE LA TERRE FERME DU PEROU, DU BRÉSIL ET DU PAYS DES AMAZONES BY GUILLAUME DE L'ISLE (1703) AND THE SPATIAL DISTRIBUTION OF INDIGENOUS IN THE AMAZON



Jonathan Felix Ribeiro Lopes¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo final analisar a distribuição espacial das populações indígenas durante o período colonial, bem como caracterizá-las em termos de uso do espaço e hábitos. Este estudo tem por base a *Carte de la terre ferme du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones*, produzido por Guillaume de L'Isle em 1703, combinada com a análise documental de fontes históricas apontadas pelo próprio autor do mapa. Identificam-se aspectos de territorialização dos povos indígenas em meio a expansão colonial e as disputas político espaciais entre impérios europeus. É revista assim a geohistória do Brasil tendo como ênfase a espacialidade dos povos indígenas ao invés da ocupação colonial, como tradicionalmente a historiografia aborda este período.

Palavras-chave: Geohistória; cartografia histórica; povos indígenas.

Abstract

This article aims to analyse the spatial distribution of indigenous populations during the colonial period, as well as to characterize them in terms of their use of space and habits. This study is based on the *Carte de la terre ferme du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones*, produced by Guillaume de L'Isle in 1703, combined with documentary analysis of historical sources indicated by the author of the map himself. Aspects of the territorialization of indigenous peoples are identified amidst colonial expansion and political-spatial disputes between European empires. The geohistory of Brazil is thus reviewed, with an emphasis on the spatiality of indigenous peoples rather than colonial occupation, as historiography traditionally approaches this period.

Keywords: Geohistory; Historical Cartography; Indigenous Peoples.

¹ Doutor em Geografia (2016) pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), em Portugal. Mestre em Administração Pública (2012), e graduado em Ciências Sociais (2009) pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: profjonathanfelixlopes@gmail.com.



Introdução

Este artigo parte de uma revisão geohistórica que busca estabelecer uma reflexão sobre a geografia de populações nativas do Brasil durante o período colonial, inovando o olhar historiográfico que tradicionalmente observa a espacialidade da colonização. Nesse sentido, tem como objetivo final analisar a distribuição espacial de populações indígenas da Amazônia durante o período colonial. Também busca-se caracterizar esses povos, sua mobilidade e fixação nos espaços. Para isso, optamos por analisar a *Carte de la terre ferme du Perou, du Brésil et du Pays des Amazones* (Anexo I), produzido por Guillaume de L'Isle em 1703, combinado com documentos históricos que serviram de fonte para a elaboração do mapa.

O mapa de Delisle revela-se adequado para estes objetivos, uma vez que apresenta uma extensa representação de povos nativos e aponta algumas fontes utilizados pelo cartógrafo na confecção do mapa. A partir dessas referências, pudemos identificar as seguintes obras: 1) descrições do cronista espanhol Antonio de Herrera y Tordesillas, publicada em 1601, 2) do holandês e diretor da Companhia das Índias Ocidentais, Johannes de Laet, publicadas pela primeira vez em 1625, também do 3) Padre Cristóbal de Acuña que narra a viagem de Pedro Teixeira no Amazonas, publicada pela primeira vez em 1641, em Madrid e, por fim, 4) de outro jesuíta, o Padre Manuel Rodriguez, publicado em 1684.

Diante disso, cruzamos essas diferentes fontes com a espacialização dos povos nativos presentes no mapa de Delisle para caracterizar geográfica e socialmente os povos nativos da Amazônia à época colonial. A partir desse ponto de partida associativo entre documentação cartográfica e escrita, pudemos identificar diversas características sobre a territorialidade nativa e, também, alguns processos de desterritorialização e reterritorialização de certos grupos diante da colonização. De modo prático, a análise irá se concentrar na versão datada de 1703, mas há cópias gravadas deste mapa até finais do século XVIII, muitos anos após a morte do autor, reforçando a importância que teve na época.

Algumas considerações prévias acerca da geohistória brasileira

Um estudo sobre a geografia de povos nativos, a partir da cartografia antiga do Brasil é bastante raro no quadro de estudos sobre a formação territorial brasileira. Dentre as razões para isso, devemos destacar, com base em Rafael



Straforini², que a maior parte dos estudos dedicados a história territorial tem se alicerçado sobre um olhar jurídico, buscando interpretar o território como resultado espacial dos acordos diplomáticos estabelecidos desde a colonização. Após a independência, o império busca assegurar o amplo espaço formalmente garantido pela diplomacia colonial. Diante disso, já no século XIX, a história territorial do Brasil se atrela à ideia do expansionismo lusitano, assimilando dentre seus mitos fundadores o signo da conquista. É construída a ideia de que o espaço brasileiro estava destinado a se configurar dessa forma, seguindo o “imperativo da apropriação constante do espaço”³. A narrativa não cessaria durante o período imperial, mas se desenvolveria sobre diferentes moldes nas análises geográficas e históricas.

Nesse âmbito, o Brasil é analisado, por exemplo, como uma nação destinada a existir a partir a colonização. Jaime Cortesão⁴, por exemplo, identifica a gênese do Brasil na existência de uma língua básica entre seus nativos que teria servido ao agente colonizador na empresa colonial, unificando o território. Versado sobre a cartografia antiga, Cortesão menciona apenas o mapa do Brasil de Bartolomeu Velho (1565), com uma discreta distribuição de povos nativos – os quais transcreve – chamando atenção para os troncos linguísticos.

Outra concepção da visão expansionista do Estado e da consolidação do território se dava sobre bases cartográficas, analisando mapas que representavam a América meridional dividida pela junção de afluentes do Rio da Prata e do Amazonas. Jaime Cortesão conclui ser esse tipo de representação uma tentativa portuguesa de consolidar a imagem da Ilha-Brasil, a qual justificaria a expansão das fronteiras para além do Tratado de Tordesilhas. A narrativa envolta sobre a concepção da Ilha-Brasil gerou interessantes debates entre o historiador português e Sergio Buarque de Holanda. O interessante dessa concepção é a ideia de “geomítica da ilha-Brasil”, isto é uma entidade geográfica e econômica plena, que serviria como instrumento político de reivindicação territorial⁵.

² STRAFORINI, Rafael. A formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de colonização. **Geouerj**, v. 1, n. 18, p. 25, 2008.

³ MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 94.

⁴ CORTESÃO, Jaime. **A colonização do Brasil**. Lisboa: Portugalia, 1969.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009.

⁵ OLIVEIRA, Francisco Roque de. A “ilha Brasil” de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias Sociales**, v. 22, n. 1191, 2017.



A ideia do expansionismo lusitano como gênese do território brasileiro estará presente também em trabalhos de geopolíticos brasileiros do século XX e servirá de sustentação ideológica às frentes pioneiras e, posteriormente, a política de integração nacional. Therezinha de Castro, por exemplo, buscando as raízes para o estabelecimento das fronteiras, aproxima-se da noção mítica que associa uma unidade natural ao território brasileiro. Ainda que não mencione a Ilha-Brasil, afirma que “as comunicações naturais transformaram geopoliticamente a América do Sul, dividindo-a inicialmente em dois territórios distintos...”. Mais a frente, é explícita ao dizer que “a directriz portuguesa, partindo do espaço litorâneo atlântico, só depois de estabelecer o Estado do Brasil se lançou na marcha para o oeste, buscando, como os espanhóis, o enlace com os vales do Amazonas e Prata”⁶.

Outra perspectiva sobre a formação do território brasileiro recebeu enorme influência da história econômica e buscou interpretar a conformação espacial a partir de ciclos econômicos, relacionando atividades produtivas à expansão colonial. Uma quarta linha de estudos busca analisar a fixação do colonizador no espaço brasileiro a partir núcleos urbanos. Essas correntes de pensamento se sobrepõem no tempo ora complementando-se, ora divergindo. Em comum, no entanto, está a adoção do elemento colonizador como ator central na formação do território brasileiro. Assim, os acordos jurídicos analisados são definidos entre países europeus, bem como as atividades econômicas e os núcleos de povoamento são por eles promovidos.

Expresso como uma espécie de “destino manifesto”, ou mesmo desenvolvimento espontâneo, como sugeriu Basílio de Magalhães⁷, a presença dos povos nativos é por vezes completamente ausente, como se percebe em Therezinha de Castro, por vezes focada em generalizações, como fez Adolpho Varnhagen⁸ em dois volumes publicados originalmente entre 1854-1857 e, por vezes, transversal, identificando sua inserção na lógica colonial, como escreveu Caio Prado Junior⁹. Uma outra corrente, com viés linguístico, está também

⁶ CASTRO, Therezinha de. **Retrato do Brasil**: atlas-texto de geopolítica. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1986. p. 7.

⁷ MAGALHÃES, Basílio De. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Historia geral do Brazil**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

⁹ PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Livraria Martins, 1961.



presente na obra Jaime Cortesão, mas o célebre historiador não apresentou uma ruptura ao pensamento colonial, senão a subscreveu: “Para acúmulo de contraste, aqui uma população selvática, na infância de raras indústrias, ignorava as maiores riquezas da terra; e às dificuldades naturais que o europeu deparava, iria somar quase sempre uma ferocidade bestial”¹⁰.

Nessa construção narrativa se estabeleceu a colonização e o ímpeto expansionista como tronco comum da história territorial. Nesse contexto, os povos nativos que se opusessem ao fator colonial eram interpretados como bárbaros e inimigos do projeto embrionário da nação. Os primeiros trabalhos dedicados a geografia dos povos indígenas fazem parte da obra de Curt Nimuendajú, com destaque para o Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes¹¹.

Um dos primeiros textos a contrapor o viés colonialista e apresentar uma ruptura epistemológica foi *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, de Florestan Fernandes¹², originalmente escrito em 1952. No entanto, apenas ao final da década de 1980 e, sobretudo, a partir da década de 1990 surgiram estudos sistemáticos sobre populações autóctones que viveram no atual território brasileiro.

Desde essa década, multiplicaram-se os estudos acerca das populações autóctones no Brasil. Impulsionados pela Constituição de 1988, a qual abandona no nível formal o projeto de assimilação dessas populações e adota como horizonte uma perspectiva pluriétnica¹³, tem crescido o número de acadêmicos e intelectuais que se propõem a revisar de modo profundo a história brasileira, sobretudo no que tange a questão dos povos nativos.

Advindos de áreas como a arqueologia, a antropologia, o direito e a história, esses estudos buscam (re)pensar o papel do nativo em diferentes épocas, seus costumes e práticas. Utilizam-se da análise de documentos, relatos e imagens, bem como da história oral, entre outros métodos mais ou menos inovadores. A interação entre nativos, africanos e colonizadores, bem como as

¹⁰ CORTESÃO, Jaime. **A colonização do Brasil**. Lisboa: Portugalia, 1969. p. 188.

¹¹ IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

¹² FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

¹³ RESENDE, Ana Catarina Zema de. **Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960 – 2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial**. 2014. 360p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.



relações sociais que se desenvolvem nesse ínterim, tornam-se um importante objeto de análise que reavalia o papel do nativo na formação social brasileira.

Diante desses avanços, é curioso que poucos estudos tenham adotado um olhar geohistórico, isto é, sobre o conhecimento, a espacialização e os processos de (des)territorialização¹⁴ dessas populações no contexto colonial. Dos que fizeram esse esforço, é notável obra *A Construção do Brasil*¹⁵, de Jorge Couto, publicado em 1995, no qual o autor dedica um capítulo sobre populações nativas, em especial uma seção sobre a distribuição espacial, intitulada “Dispersão geográfica e diferenciação linguística”. Merecem também destaque os trabalhos de Maria de Fátima Costa¹⁶, sobre os povos nativos e o imaginário sobre o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII, e o de Bartira Ferraz Barbosa¹⁷, sobre o Nordeste nos séculos XVI e XVII. Do ponto de vista conceitual, é notável o estudo de Hal Langfur¹⁸ sobre a fronteira Oeste do Brasil no período colonial e início do império brasileiro.

Com exceção do trabalho de Jorge Couto, a maior parte dos estudos tratam de regiões específicas, o que não nos permite observar de modo abrangente o conhecimento sobre as populações nativas e remanescentes no contexto geral do território que viria a ser o Brasil. Em outras palavras, é preciso observar mapas de menor escala.

Vale lembrar que a Constituição de 1988 considera o “direito à terra como ‘originário’, isto é, ‘anterior e independente a qualquer ato do Estado’”. Apesar de puramente formal, esse novo princípio conceitual rompe com a perspectiva ideológica com base no expansionismo colonial e abre espaço para novos estudos que busquem (re)conhecer a espacialização dos povos nativos em diferentes épocas.

Aberto o caminho para uma abordagem pluriétnica, o desafio repousa em encontrar fontes que nos permitam analisar a distribuição espacial e a diversidade de povos nativos no território que viria a ser o Brasil. Nesse sentido,

¹⁴ COSTA, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

¹⁵ COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos. Lisboa: Cosmos, 1995.

¹⁶ COSTA, Maria de Fátima. El mito geografico de la laguna de los Xarayes e El Pantanal brasileiro. **Anales del Museo de América**, Madri, v. 07, p. 205-218, 1999.

¹⁷ BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco**: poder e herança indígena. Nordeste séculos XVI-XVII. Recife: Editora Universitária, 2007.

¹⁸ LANGFUR, Hal. **The forbidden lands**: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil’s Eastern Indians, 1750-1830. Stanford: Stanford University Press, 2006.



de imediato podemos dizer que elas existem, mas são basicamente feitas por europeus. No período em análise, não existem registros escritos por populações nativas que permitam uma análise documental da sua espacialização. Esse trabalho encontra-se, por essa razão, profundamente alicerçadas na arqueologia¹⁹.

É somente com a colonização que surgem os primeiros registros escritos sobre o território e as populações nativas com quem os europeus tomaram contato. A carta de Pero Vaz de Caminha e a *Relação do Piloto Anônimo*, já mencionadas em seção anterior, constituem as impressões gerais sobre povos litorâneos nas primeiras fases de exploração europeia do litoral. Com a implementação dos primeiros núcleos de povoamento, a partir da década de 1530, e a consequente intensificação do contato com os diferentes povos nativos,

os Portugueses, que inicialmente registram apenas que os gentios andam nus, que se enfeitam com penas coloridas e pinturas negras, vermelhas e amarelas (e azuis para os prisioneiros que hão-de ser comidos), começaram a perceber que os Ameríndios se compõem de vários grupos, com comportamentos diferentes²⁰.

É nesse sentido que a análise aqui desenvolvida não parte da identificação do avanço colonial, mas sim no conhecimento que se tinha sobre a distribuição geográfica de povos nativos a partir da análise cartográfica do mapa de Delisle e as fontes utilizadas por esse cartógrafo.

A análise de cartas antigas: algumas considerações metodológicas

As discussões sobre os métodos de análise de cartas antigas são volumosas e diversos, resultado da pluralidade de grupos e indivíduos que tem se dedicado ao estudo desse objeto. Acadêmicos dos mais diferentes campos se juntam ao trabalho de muitos colecionadores e curadores. Sem a urgente necessidade de uma extensa digressão sobre os estudos em história da cartografia e cartografia antiga, vamos nos ater a tecer algumas considerações mais gerais, as quais nos permitam analisar de modo coerente o mapa em questão.

¹⁹ PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros** – A pré-história de nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

²⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. O reconhecimento do Brasil. In: BETHENCOURT, FRANCISCO; CHAUDHURI, KIRTI (Org.). **História da expansão portuguesa. A formação do império: 1415-1570**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 202.



Jean-Marc Besse²¹ estabelece dois enunciados sobre os estudos em história da cartografia. No primeiro expressa aquilo que chama de visão tradicional. Nessa ótica, o mapa é visto como um diagrama ou esquema do território, é uma técnica que sintetiza graficamente o real, uma tecnologia visual. No segundo enunciado, o mapa aparece como um modelo do território. Nesse sentido, todos os aspectos simbólicos apresentados no mapa são passíveis de análise. Cores, linhas, toponímias, nomes, sistemas de projeção, formato, elementos decorativos etc. são passíveis de análise; isoladamente ou em seu conjunto.

Reconhecendo o componente humano atrelado a produção cartográfica e as diferentes conjunturas que envolvem os cartógrafos, nos baseamos nas concepções metodológicas do segundo enunciado. Ressaltamos, no entanto, que há no mapa uma característica que lhe confere unidade: ele é uma representação do espaço com variado grau de correspondência com a realidade. É um suporte gráfico intermediado por um ou mais agentes sociais (cartógrafo e ambiente de produção).

Nesse sentido, devemos basear a análise em evidências empíricas. A compreensão teórica do mapa não pode ultrapassar aquilo que efetivamente está representado. Generalizações envolvendo a produção cartográfica podem incorrer em graves erros de análise²². Para evitar esse problema é preciso analisar o contexto social, cultural e geográfica de produção do mapa. As redes de trabalho na qual o cartógrafo está inserido é um caminho importante nessa etapa²³. Trata-se de estabelecer uma reflexão profunda sobre a cartografia²⁴ que implica em reconhecer o mapeamento e a produção cartográfica como operações distintas e complementares.

²¹ BESSE, Jean-Marc et al (org.). **Naissances de la géographie moderne (1760-1860): lieux, pratiques et formation de savoirs de l'espace.** Lyon: ENS editions, 2000.

²² EDNEY, Matthew H. Theory and the History of Cartography. **Imago Mundi**, n. 48, p. 185–191, 1996.

²³ JACOB, Christian. Toward a Cultural History of Cartography. **Imago Mundi**, n. 48, p. 191–198, 1996.

²⁴ DOMINGUES, Francisco Contente. Rumos da História da Cartografia. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (Org.). **Cartógrafos para toda a Terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos.** E-book. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História d'Aquém de d'Além Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2015. p. 23-33.



Guillaume Delisle e a produção cartográfica em seu tempo

Assim, a partir das considerações estabelecidas anteriormente passamos ao enquadramento da produção de Guillaume Delisle, explicitando o relevo da obra para o período em análise e a importância do cartógrafo no contexto colonial em que estava inserido. Delisle, nasceu em 28 de fevereiro de 1675, filho de Claude Delisle e Marie Malaine. Seu pai era professor de história e geografia para os filhos de nobres parisienses. Com isso, teve acesso a importantes círculos intelectuais, nos quais conheceu Nicolas Sanson d’Abeville e Jean-Dominique Cassini, o qual era um renomado intelectual e cartógrafo genovês a serviço da França, de grande relevância para a História da Cartografia por ter proposto mapas científicos utilizando de métodos astronômicos e de triangulação.

Reconhecido desde a infância como prodígio, foi influenciado por seu pai e teve Cassini como tutor. Guillaume se tornaria um dos mais renomados cartógrafos franceses de todos os tempos. Já em inícios da vida adulta inicia, junto de seu pai, a produção de mapas. Utilizando fontes escritas e orais de missionários e exploradores, fazendo uma crítica minuciosa, seus mapas se juntariam a um movimento de renovação do campo cartográfico, do qual foi pioneiro o trabalho de Nicolas Sanson d’Abeville e continuou pelas mãos de Jean-Baptiste Bourgnon D’Anville.

Em 1700, os Delisle publicam seu primeiro globo terrestre, além de um mapa-múndi que geraria litígio com o cartógrafo Jean-Baptiste Nolin. Esse, antecipa-se à publicação do mapa dos Delisle, que começa a ser confeccionado em 1697, e publica seu mapa-múndi em 1699. Nolin é acusado de plágio e os cartógrafos são submetidos a um julgamento perante pares, entre os quais Jean-Dominique Cassini. Após arguição de ambos os lados, a ação é favorável aos Delisle e Nolin é proibido de publicar seu mapa. Não obstante, o júri ressalta as inovações metodológicas do mapa dos Delisle, o que acaba por alavancar o prestígio da família. Dois anos após a resolução do litígio Guillaume Delisle entra para a Academia Real de Ciências da França como estudante de astronomia, sendo tutelado por Cassini. Seus mapas agora tinham o prestígio da instituição.

Em 1707 inicia seu próprio ateliê e em 1714, a pedido do Rei Luís XIV, torna-se professor de história e geografia do Delfim, período no qual escreve suas lições, publicadas com o título de “*Cours des Principaux Fleuves et Rivières de l’Europe*”. A exemplo de seu pai, produz uma série de mapas históricos sobre a



França, e os impérios romano e grego. Por reconhecimento do antigo aluno e agora Rei Luís XV é condecorado, em 1718, com o título honorífico de “Primeiro Geógrafo do Rei”. À altura de sua morte, em 25 de janeiro de 1726, era considerado o melhor geógrafo de seu tempo e seus mapas continuaram a ser publicados anos depois de sua morte²⁵.

Das fontes ao mapa

Se sua biografia ajuda a compreender a importância que este mapa teria na época, o reconhecimento de seu trabalho cartográfico se deve em grande medida ao seu método de produção, marcado pela capacidade de coletar e criticar diferentes fontes de informação, orais e escritas, diferenciando-se da concepção de mapa científico, focada no espaço e na posição, para incorporar a dimensão territorial. Essa característica é notável na *Carte de la terre ferme...*, sobretudo no que diz respeito aos povos nativos, pois não apenas apresenta uma robusta distribuição geográfica dessas populações, como caracteriza algumas delas.

Guillaume Delisle não é o primeiro a traçar uma distribuição geográfica de populações nativas, as fontes para tal feito são assinaladas no título de mapa e, provavelmente, incluem outros mapas e relatos não mencionados pelo autor. Iniciamos a análise traçando um paralelo com outro cartógrafo renomado no cenário francês, de nome Nicolas Sanson d’Abbeville, o qual produziu mapas da América Meridional e é um dos primeiros a incorporar os relatos de Padre Acuña, no mapa *Le Cours de la Riviere des Amazones*, de 1680. No entanto, já em 1656 Abbeville havia produzido dois outros mapas, sem indicação de fontes, nos quais apresenta uma distribuição geográfica de populações nativas.

No primeiro, *Le Perou et le cours de la Riviere Amazone*, Abbeville indica ter utilizado diversos autores e relações, sem discriminá-los. O curso do Amazonas é o mesmo apresentado na carta de 1680, o que nos permite inferir que em 1656 o cartógrafo já havia tido contato com o *Nuevo descubrimiento* de Padre Acuña. Reforça essa suposição a distribuição geográfica e a nomenclatura das populações nativas, sobretudo na faixa meridional da Bacia Amazônica.

A aproximação dos mapas de Abbeville e Delisle é significativa e sugerem ao menos que Delisle tenha se inspirado nas cartas de Abbeville. No que tange a

²⁵ BALASH, Andrew M. **How maps tell truth by lying**: an analysis of Delisle’s 1718 *Carte de la Louisiane*. Dissertação (Master of Arts in History) – The university of Texas. Arlington, 2008.



representação do curso do Rio Amazonas e das informações tal como dispostas entre os mapas de Abbeville e Delisle permitem inferir que aquele serviu de base para este, sobretudo pela diferença que apresentam em relação ao traçado do mapa de Conde Pagan²⁶, de 1655²⁷. No entanto, algumas diferenças são notáveis e mostram que Delisle utilizou fontes diferenciadas e mais recentes. Abbeville, por exemplo, não representa as missões jesuítas de Maynas, que seriam amplamente relatadas por Manuel Rodriguez em 1684.

O segundo mapa de Abbeville, *Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitanières le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus*. Tal como indicado, o título representa a ocupação do litoral do Brasil em capitânias, até a de São Vicente. O que chama atenção, no entanto, é o grande número de territórios nativos mencionadas, muitos dos quais se repetem no mapa de Delisle que, por sua vez, prioriza a distribuição nas áreas litorâneas, no sertão próximo e no curso de alguns rios.

Na faixa mais interiorana, ou sertão, os povos nativos são sucintamente agrupados sobre o nome de *Tapuyes*, descrito pelo geógrafo como “*composée de plusieurs Peuples differens de mœurs et de langage quoique la Langue Guarani soit entedue par ces Peuples aussi bien que par les autres Natióñ du Bresil*”. Já a nomenclatura das populações descritas no litoral indica proximidade com a descrição dada por Johannes de Laet (1633), notadamente no livro XV, capítulos II, III e IV. Um último aspecto relevante de ser abordado é a diferença nas grafias dos nomes, nem sempre idênticas.

O problema das posições nas fontes do mapa

Antes de iniciarmos propriamente a análise territorial e a caracterização das populações nativas mencionadas por Delisle, vale ressaltar que os relatos não

²⁶ CINTRA, Jorge P. Magni Amazoni Fluvii: o mapa do Conde de Pagan. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2011, Paraty. **Anais [...]**. Minas Gerais: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

²⁷ Blaise François Pagan (1604-1665) era engenheiro militar e marechal de Campo a serviço das cortes de Luís XIII e Luís XVI. Possivelmente com base no relato de Pe. Acuña, resulta a sua Relation historique et géographie de la grande rivière des Amazones dans l'Amérique, publicado em Paris em 1655. CINTRA, Jorge P. Magni Amazoni Fluvii: o mapa do Conde de Pagan. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2011, Paraty. **Anais [...]**. Minas Gerais: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.



apontam precisamente as coordenadas geográficas e são completamente omissas as longitudes, ao invés dessa informação aparecem as distâncias em léguas, algo comum até finais do século XVIII. Cintra²⁸, demonstra em seu minucioso estudo de posições e técnica cartográfica que o relato de Pe. Acuña possui muitas incoerências no cálculo das distâncias. As somas das distâncias entre algumas localidades peca ora por excesso, ora por falta, além disso, o texto é, por vezes, confuso e ambíguo, cabendo ao cartógrafo ajustá-las. Apesar disso, a narrativa do jesuíta segue constantemente o curso do Amazonas e seus afluentes.

É ainda relevante ressaltar que nas cartas de Abbeville, por exemplo, os principais afluentes que figuram ao sul do Amazonas mostram cursos na direção norte-sul, desde o Amazonas, enquanto no de Delisle, esses mesmos afluentes têm curso, predominantemente, sudoeste. Essa diferenciação ocorre pelo ajuste de longitudes, o qual fica a cargo do método de transposição das distâncias para o mapa. A questão das longitudes será um dos problemas mais complexos para a projeção cartográfica e não se encontra plenamente resolvida no período de produção desses mapas.

Ainda menos preciso sobre o posicionamento de povos nativos é a descrição de Johanness de Laet, com indicações gerais, como proximidade a determinada capitania e, quando mais bem arregimentado, no curso de rios. No entanto, as indicações, tanto de Acuña, quanto de Laet, serviram por tempo considerável como fontes capazes de sintetizar o conhecimento que se tinha na Europa sobre os espaços sul-americanos e não é aleatório, portanto, que tenham servido de base para confecção de importantes mapas.

Territorialidade nativa na Bacia Amazônica

Passamos agora para o objeto central desta análise. Tal como já mencionado, as duas fontes centrais para o trabalho cartográfico de Delisle para a área da Bacia Amazônica foram os escritos dos jesuítas Cristóbal de Acuña e Manuel Rodriguez. No entanto, este último concentra-se na região de Quixos e dos Maynas, descrevendo a missão de outros padres que lá lançaram seus trabalhos. Para as outras áreas – que correspondem ao atual território brasileiro

²⁸ CINTRA, Jorge P. **Região amazônica**: perspectivas de uma cartografia comparada. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2011, Paraty. **Anais [...]**. Minas Gerais: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.



– o mapa basicamente utiliza a descrição de Pe. Acuña. Esse jesuíta descreve sua experiência direta, junto à expedição de Pedro Teixeira, e conta com observações obtidas *in loco* e informações extraídas de populações nativas com as quais teve contato²⁹.

A narrativa de Pe. Acuña tem início no extremo oeste do rio Amazonas, na região de Quixos, mais especificamente no entorno do Rio Aguarico ou de Oro, assim chamado, segundo *Relação* do General Pedro Teixeira – publicada integralmente em Ferreira³⁰ –, pelos ornamentos em ouro utilizados pelos nativos. Deslile permanece fiel ao relato de Acuña, mencionando-o em francês como *Aguaric* ou *R. d’Or*. Às margens, em ambos as bandas, habitam os *Indiens Chevelus*, ou como no relato de Pe. Acuña está a Província de *los Encabellados*, onde ficou acampada a armada portuguesa enquanto Pedro Teixeira seguia para Quito em busca de provisões. É nesse contexto que Pe. Acuña se junta a expedição.

Los encabellados, assim chamados pelos primeiros espanhóis que com eles tiveram contato devido aos longos cabelos que tinham os nativos³¹. Segundo Pe. Acuña, as relações com a armada portuguesa, foram amistosas no início e logo se tornariam conflituosas. Esses nativos ocupavam uma grande área e eram populosos, o que se apresenta ilustrado no mapa de Delisle, considerado o destaque na escrita e a área em que se inscrevem. Não são representadas, todavia, as nações circunvizinhas com as quais, segundo Acuña, *los Encabellados* tinham conflitos³².

Na margem sul, até o Rio Cururay, aparecem as províncias dos nativos *Avixiras*, *Yurusni*, *Zaparas* e *Yquitos*. Seguindo o curso do Amazonas encontra-se, habitando uma série de Ilhas, a província dos *Omaguas* ou *Aguas*. Assim descritos com base em Pe. Acuña, que relata uma interessante relação espacial

²⁹ Todo este nuevo mundo, llamémosle así, está habitado de bárbaros de distintas provincias y Naciones, de las que puedo dar fé, nombrándolas con sus nombres, y señlándolas sus sitios, unas de vista, otras por informaciones de los Indios que en ellos avian estado. ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891.

³⁰ FERREIRA, Anete Costa. **A expedição de Pedro Teixeira: a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia**. Lisboa: Equilo, 2000.

³¹ Llamaron á estos Indios con nombre de Encabellados, los primeros Españoles que los descubrieron, por los largos cabellos, que así hombres como mugeres vsan, que á algunas les pasan de las rodillas. ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891. p. 113.

³² Tiene contínuas guerras com las naciones circunvezinas, que son los Seños, Becabas, Tomas, Chufias, y Rumos. ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891. p. 113.



descrita no modo como os nativos organizam áreas de cultivo e morada, distribuído em diversas ilhas, garantindo a alimentação do extenso – em longitude – território, evidenciando certo ordenamento do espaço entre áreas residenciais e de cultivo.

Além do aspecto territorial, a descrição de Pe. Acuña versa sobre os movimentos migratórios de povos nativos, diante da colonização:

Es esta gente la de más razón y mejor gouierno que ay en todo el Río, ganancia que les grangearon los que de los estuvieron de paz, no ha muchos años, en el Gouierno de los Quixos, de donde obligados del el mal tratamiento que se les hazia, se dexaron venir el Río abaxo, hasta encontrar con la fuerga de los de su Nación; y introduciendo en ellos algo de lo que hauian aprendido de los Españoles, les pusieron en alguna policia.³³

Segundo relato de Acuña, nativos da área de Quixos teriam seguido o curso do rio até uma área afastada do governo colonial. Assimilaram, junto aos *Aguas*, características sociais que introduziram em outro espaço. Podemos aqui visualizar um processo de desterritorialização, no qual se abandona o território, e a conseqüente reterritorialização, em outro espaço, isto é, da construção de novos ordenamentos e relações socioespaciais, no qual o elemento desterritorializado serve de nova territorialidade³⁴.

Para além da dinâmica de territorialização, a territorialidade, isto é, a relação entre um grupo social e o espaço dos povos nativos é mais uma vez ressaltada na dinâmica de conflitos com “nações” vizinhas. Ao Sul, conflitos com *Curinas*, assim também representado no mapa de Delisle, ao norte com *Teamas*, possivelmente os *Tecunas* no mapa de Delisle. Esses grupos, por sua vez, sustentariam conflitos com outras províncias vizinhas, indicando uma complexa dinâmica territorial. Pedro Teixeira em seu relato acrescenta que seriam “gente muito antropófoga”³⁵, no entanto, Padre Acuña afirma não ter tido contato com nenhum episódio de antropofagia e, assim, também não há legenda ou iconografia que mencione essa característica no mapa de Delisle.

³³ ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891. p. 116.

³⁴ COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

³⁵ FERREIRA, Anete Costa. **A Expedição de Pedro Teixeira: a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia**. Lisboa: Esquilo, 2000, p. 68.



Ainda na extensão longitudinal dos Aguas, cuja dimensão é ressaltada também por Pedro Teixeira³⁶, há na parte norte do rio Amazonas, o R. Putumayo ou Iça³⁷, no qual figuram representadas sete “províncias” nativas a partir do Amazonas são: *Yorunes*; *Guaraicas*; *Parianas*; *Atoynes*; *Cunas* e *Omagua Siete* ou *Vrays Omaguas*. Esses últimos, segundo Acuña, ocupando o início do rio, de ambos os lados, se apresentam como senhores do afluente, indicando uma relação espacial de poder. Na parte sul, outro afluente, o rio Yetau apresenta uma série de províncias nativas. São representados no mapa de Delisle os *Tipunas*, os *Gunarus*, os *Ozuanas*, os *Moruas*, os *Naunas*, os *Conomomas* e os *Marianas*. Na margem oposta, *los plateros* que, segundo caracterizado no mapa, são assim chamados por portarem brincos de ouro e prata nas orelhas e narizes.

Ao fim da chamada província dos Águas, quatro outras populações nativas são representadas, os *Curis* e *Guayrabes* na margem norte, e os *Cacugaras* e *Tucuris* na margem sul. Seguindo o curso do rio Amazonas – vinte e oito léguas segundo a descrição de Pe. Acuña –, principia a “nação” dos *Curuziaris*, representados em meio a relevos na margem sul do Amazonas. Província essa de contínuos povoados, sendo uma dessas apelidada pelos portugueses de Aldeia do Ouro – *Village de l’Or*, no mapa de Delisle. Mais uma vez, a toponímia é marcada pela procura do precioso metal, encontrado como ornamento das populações locais. A extração, todavia, é segundo as informações locais adquiridas por Pe. Acuña, feita na margem sul, seguindo o rio Yurupa até o rio Yquiari ou rio do Ouro, onde o trabalho extrativo é feito por outra povoação que habita o dito rio; os *Yumaguaris*, que significa extratores de metal.

Voltando ao curso do Amazonas, situam-se os *Zuanas*, cerca de 2º e 1/2 de latitude. Segundo Pe. Acuña, esses são os mais populosos entre as nações que ocupam as ilhas existentes nessa parte do Amazonas. No mapa de Delisle, todavia, está apenas representada uma extensa ilha entre o Amazonas e o rio Agarantuba, cuja legenda com nome do povoado intercepta. Aqui vale ressaltar uma importante diferença entre o mapa de Abbeville e o de Delisle. Conquanto que neste, o rio Agaranatuba aparece como afluente do Amazonas e conecta-se com o rio norte com o rio Negro, naquele aparece de modo isolado. Os *Zuanas* –

³⁶ ... ocuparam o rio cerca de cem léguas e terão mais ou menos quatrocentos aldeias... Cf.: TEIXEIRA *apud* FERREIRA, 2000, p. 68.

³⁷ <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6d/Putumayorivermap.png>



Suanes, no mapa de Abbeville – figuram no curso do rio Yapura. Em outro de seus mapas, *Le cours de la rivière des Amazones*, de 1680, essa “nação” aparece junto à margem do Amazonas, em frente à Village d’Or. Os rios também não se conectam ao rio Negro. Hoje, sabe-se que eles não interceptam o rio Negro, indicando que a representação dada por Abbeville é mais apurada. O erro de Delisle é, todavia, compreensível, pois, segundo Acuña, os diversos lagos da área juntam-se ao Negro e o conectam ao principal.

Neste rio, Agarantuba ou Araganaruba, Acuña discrimina 21 povoações nativas, das quais apenas a de *Yaguanais* coincide com o mapa de Deslisle. A povoação desta área é complementada com informações de outros povos nativos que ocupam o curso de outro afluente do Amazonas. Neste afluente, figuram *Quereras*, os *Uruyaris*, os *Pocoanas* e os *Caraguanas*, dos onze citados por Pe. Acuña. Sobre esses grupos é importante nos ater à descrição do jesuíta, o qual menciona o uso de ferramentas de ferro que, segundo informações conseguidas dos nativos, são compradas de outras populações autóctones que vivem em áreas mais próximas à costa, também os *Zurinas* e *Curupanas*, na feição sul do Amazonas utilizam essas ferramentas na confecção de bancos de madeira, “tan acomodados para tener el cuerpo com descanso” e armas. O acesso a tais ferramentas dá-se pelo contato com algum povoado europeu localizado a costa que, tal como descritos, Pe. Acuña deduz se tratar de holandeses.

Aqui é importante mencionar que o curso do Amazonas poucas vezes havia sido explorado e não contava naquela altura com nenhuma ocupação europeia em áreas mais interioranas. O que se justifica pelas dificuldades diplomáticas e fronteiriças entre Portugal e Espanha até o período da União Ibérica (1580-1640)³⁸. No entanto, a região da costa e o acesso ao curso do Amazonas por seus afluentes já eram, desde início do século XVII, disputado por holandeses, ingleses e franceses, a despeito das limitações impostas por Tordesilhas. Desse modo, o contato com europeus acabou por intensificar os processos de trocas entre nativos e europeus, bem como, entre povos autóctones.

Assim, além de portugueses, outros colonizadores haviam construído fortes e povoações mais ou menos próximos da costa e conectados ao Amazonas, no intuito de colonizar ou estabelecer relações comerciais mais imediatas. É,

³⁸ MICELI, Paulo Celso. **O desenho do Brasil no teatro do mundo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.



portanto, previsível que tenham vindo a comercializar com povos nativos próximos e esses, por sua vez, com outras populações mais ao interior, indicando uma rede mais ou menos densa de uma relação que não se restringe à guerra e ao domínio territorial.

É diante desse quadro que a expedição de Pedro Teixeira tem relevância e a descrição de Pe. Acuña tem grande preocupação em descrever as populações nativas que lá se encontravam. Não se tratava apenas de uma curiosidade ou messianismo, mas de reconhecimento do território em seu aspecto físico e humano, ressaltando as relações das populações autóctones com o território, bem como suas riquezas.

O já mencionado Conde de Pagan, em dedicatória feita ao Cardeal Mazarino (primeiro-ministro de Luís XIV) incentiva a construção de cinco colônias, apontando ainda suas localizações. Seguindo o sentido Leste-Oeste, a primeira delas seria a Ilha do Sol, nas proximidades de Belém, com o intuito de garantir a foz, a segunda, no Bósforo, a terceira na região dos *Comanares*, no médio Amazonas, que serviria de sede as instâncias do Império, a quarta, próximo as montanhas Swana, onde haveria uma mina de ouro e a quinta no Rio Marañon, próximo a foz do rio Napo, com intuito de garantir a frente Oeste. Demonstra-se assim o caráter geoestratégico das explorações na Amazônia.

Passamos agora as “nações” do Rio Tapy, localizadas à 2º ½ de latitude, à frente do povo *Zuanas*, no qual por entre relevos situa-se a província dos *Paguanas*. Nas extensões do curso do Amazonas, predominam os *Curuziraris* em um terreno de belas paisagens, com grama para o gado, e de floresta não muito fechada, que oferece boas condições aos que a povoam. Seguindo o curso do rio Amazonas, após o Tapy, estão representados os *Yorimas*, que tal como explícito no mapa de Delisle, ocupam, nesta área, ilhas do Amazonas – “I. habitées par les Yorimans” – e também “tierra firme”³⁹. Sobre essa população o jesuíta menciona terem os povoados mais populosos com as quais tiveram contato. De tal forma que por muito numerosos, tornam-se temidos e respeitados pelos povos vizinhos.

Após a província dos *Yorumans*, na parte sul do Amazonas, em outro grande afluente é relatada uma povoação bastante numerosa. O rio, de nome “des Omopalcos ou des Curiguères”, abriga os *Curiguères*, tal como aparece no mapa

³⁹ ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891. p. 140.



de Delisle. Juntam-se em seu curso outras seis províncias: *Curamayaris*, *Curucuruz*, *Quatausis* e *Mutuanis*. Esses últimos, segundo legenda do mapa, são povoados por gigantes, ricos em ouro. Na relação de Pe. Acuña, todavia, essas características são assim mencionadas para um outro povo, que se localiza após os *Mutuanis*, a qual nomeia de *Curiguéres*, a uma grande distância da foz do rio.

No curso do Amazonas, após o rio Curiguéres, encontra-se o entroncamento com rio “Curuna ou Curiguacuru”, de águas negras e, por essa razão, chamado rio Negro pelos portugueses e *Tupinambas* (o termo *Vruna* quer dizer água negra). Está povoado de províncias nativas, algumas das quais em contato com populações europeias. Figuram representadas 12 “nações”: *Canisiuras*; *Aguayras*; *Yacuncaraes*; *Cahuayapiris*; *Manacarus*; *Iammas*; *Granamas*; *Curapanagris*; *Guarianas*; *Caguas*; *Curupatapas*. Dessas, apenas os *Azerabarís*, citados por Pe. Acuña, não se encontravam representados no mapa de Delisle. A importância deste rio no contexto da colonização é notável, pois consistia em outro acesso ao Amazonas, pelo rio Orinoco. Nesse residem os *Guanranaquazanas* que, segundo o jesuíta, mantinham contato na costa com os Holandeses. Tratava-se, portanto, de um eixo estratégico para o domínio da bacia e, por essa razão, Pe. Acuña menciona ser um bom lugar para construção de fortalezas, as quais pudessem guardar o acesso ao Amazonas. O jesuíta ressalta ainda a presença dos materiais necessários para construí-las. Para além do acesso ao rio, a construção das fortalezas era necessária para conter os nativos, “gente muy belicosa”, e assegurar a conquista de uma área cuja jurisdição era ainda obscura.

Outro importante rio da bacia Amazônica é o Madeira, assim apelidado pelos portugueses ou Cayarí, nome dado pelos nativos da região. Seguindo curso ao sul do Amazonas, são nomeadas oito províncias nativas: *Cayanas*; *Curanaris*; *Hunurianus*; *Anamaris*; *Guarinumas*; *Curanaris*; *Eripunacas*; *Abacatis*. O que chama mais atenção, todavia, é a legenda do mapa sobre este rio:

La Riviere de Cayari nomée Madeira ou Bois par le Portugais est formée par deux grandes rivières qui se joignent à quelques lieues de son embouchure c’est par cette Riviere que les Topinambes sont descendus dans la R. de Amazones.⁴⁰

⁴⁰ L'ISLE, Guillaume de. **Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones**: dressé sur les descriptions de Herrera de Laet et des PP. d' Acuña et M. Rodriguez et sur plusieurs Relations et observations posterieures. Paris [França]: Chez L'Auteur Rue Del' Cannelles pres de S. Sulpice avec privilege du Roy, 1703. 1 mapa, col., 49 x 65,5.



Mais uma vez a carta nos remete a um processo migratório que está mais bem explicitado no relato de Pe. Acuña. Segundo o jesuíta, em momentos distintos teriam os Topinambás migrado de áreas de Pernambuco, após serem derrotados pelos portugueses e seguindo o curso sul do Amazonas teriam chegado a uma Ilha no Amazonas, onde se fixaram. Sendo muito numerosos, teriam seguido, tal como a lenda indica, o curso do rio Madeira. Dividindo-se em diferentes territórios, impuseram-se sobre diferentes povoados já instaurados, por vezes assimilando-os, por vezes induzindo a um novo processo migratório.

Por já serem conhecidos aos portugueses e falarem o Tupi, consistiam em potenciais aliados na região, uma vez que tinham relações amistosas com nativos do Pará. A aliança estratégica seria “sin duda de mucho util para conquistar todas las demás naciones deste Rio, si se hubiere de poblar; pues sólo el nombre de *Tupinambás* no ay ninguna dellas que no se rinda”⁴¹. Elogiando essa população, mais uma vez o conhecimento relacionado as populações nativas voltam-se aos interesses colonizadores na região, com a particularidade de terem como objetivo a submissão e não o extermínio. No entanto, é preciso ter em mente que em diversos momentos do relato, Pe Acuña evidencia e critica a escravização de nativos por parte dos portugueses da expedição, evidenciando que diferentes interesses disputavam a presença na região durante o processo colonizador.

Na margem sul do Amazonas, vizinhos aos *Tupinambás*, estão os *Guayazis* e os *Mutayus*, com quem negociavam instrumentos para cortar árvores quando queriam cultivar a terra. Pe. Acuña teve notícias de outro povo com o qual os *Tupinambás* negociavam, sobretudo sal, mas nunca teve confirmação direta, ainda que pudesse ser de grande valia para a empresa colonial.

Um fato curioso representado no mapa de Delisle são as notícias de uma tribo só de mulheres, que na viagem de Orellana, teria dado origem ao nome do rio principal da Bacia. Figuram entre os montes Yacamiaba e o rio Canuris, de acordo com alguns – “selon quelque sun” – as *Amazonas*, cujos hábitos são detalhados por Pe. Acuña, notadamente a relação que estabelecem com os

⁴¹ ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891. p. 169.



homens de tribos vizinhas e os filhos e filhas. Sem confirmação, “el tiempo descubrirá la verdad”⁴².

Passado este afluente, uma importante região para o controle da entrada do Amazonas se encontra na desembocadura do rio Urixamina. Chamado de Bósforo da Amazônia, Conde de Pagan e assim reproduzido no mapa de Delisle. Segundo Pe. Acuña, no local existem boas condições para estabelecer duas fortalezas, com a função de impedir a entrada dos inimigos e, também, para servir de aduana. Conde de Pagan repete, como vimos, essa recomendação à Coroa francesa, evidenciando o carácter estratégico desta posição.

Das relações entre europeus e nativos no Amazonas é interessante observar os *Tapajós*, ou *Tapayosos* e a capacidade de resistência que tiveram as primeiras investidas na região. Descrita no mapa de Delisle como “peuples guerriers et très nombreaux”, é temida entre as “nações” vizinhas por conta da capacidade bélica, marcada por flechas envenenadas. A resistência frente às investidas inglesas é conhecida após terem os nativos expulsado os tripulantes de uma nau inglesa que lá tentou estabelecer relações comerciais e um assentamento. Discordando da ocupação e das práticas europeias, os *Tapajós* e investiram contra os ingleses, tomando suas armas.

Quanto aos portugueses, diz Pe. Acuña, a resistência nativa deve-se ao fato de terem tentado com que esses nativos migrassem de sua área para outras, juntando-se a outros povos já dominados. Uma prática comum na composição dos assentamentos jesuítas, nos quais se concentravam diferentes povos em um mesmo terreno. Apesar disso, mostraram-se receptivos aos expedicionários, o que fez o jesuíta concluir que seria proveitoso aos portugueses se estabelecerem naquela área.

No entanto, as intenções das forças portuguesas eram de outra ordem. A escravização de nativos conduziu a um episódio de guerra narrado por Pe. Acuña e a consequente submissão de um grupo de nativos. Esta opção, segundo Pe. Acuña, dificultaria as tentativas de colonização do Amazonas e poderia facilitar a presença de outros colonos europeus que pudessem estabelecer aliança futura com os *Tapajós*.

⁴² ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891. p. 178.



Se as relações eram conflituosas no interior da margem sul, tinham os portugueses estabelecido aliança com os *Curupatuba*, e estabeleceram ao rio Ginipape um forte, chamado Desterro. Sob jurisdição do governador do Maranhão, a área povoada predominantemente pelos *Tucujú* – Ticoutous ou Toucojous no mapa de Delisle – já fora anteriormente povoado por holandeses, e contava com a cobiça gerada pelas notícias de minas de ouro. Também com os nativos do Paranaíba, os portugueses firmaram aliança – “*sont amis des portugais*”, diz a legenda no mapa de Delisle – consolidando, à altura próxima da desembocadura do Amazonas, duas importantes alianças territoriais.

A foz do Amazonas é marcada por diversas ilhas povoadas por diferentes “nações”. Por todo século XVII foram muitas as investidas de países europeus sobre a região, destacam-se franceses, ingleses e holandeses, até a tomada definitiva por luso-brasileiros. Nessa área, não coincidem os nomes representados no mapa de Delisle com as da relação de Pe. Acuña, indicando que outra fonte deve ter servido ao cartógrafo para a representação desta área. Pelas similaridades, os atlas atribuídos a João Teixeira Albernaz I parecem ter cumprido essa função, sobretudo os de ca. 1629 e 1642. As cartas de Albernaz I são mais detalhadas devido a maior escala, no entanto, se repetem os nomes das “províncias” nativas mencionadas nesses mapas. Com pequenas variações no modo de escrita. Segundo o mapa de Delisle figuram os *Iacares*; *Pacajares*; *Iourounounas*; *Anduros*; *Pirapes*; *Arovãs*; *Avuans*.

Considerações finais

A primeira consideração a ser feita é que não se trata de um texto conclusivo sobre a distribuição espacial dos povos nativos durante o período colonial. Mais do que expressar conclusões, a partir da análise aqui apresentada, buscou-se enquadrar o estudo de populações nativas no período colonial dentro do campo da análise territorial. Iná Elias de Castro⁴³ ao mencionar a relação entre política e território, diz que esse conhecimento é resultado do modo como se interpretam os fatos políticos em momentos e escalas específicas. Nesse sentido, a partir dos mapas e da análise de suas fontes identificamos parte da organização interna de alguns povos, bem como, da distribuição dos espaços de populações

⁴³ CASTRO, Iná Elias. **Geografia Política**: território escalas de ação e instituições. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.



nativas na totalidade do território tal como conhecido no período de produção do mapa em análise.

A análise territorial busca enquadrar as relações de poder que se desenvolviam no espaço⁴⁴, o que para o período em análise corresponde as relações entre os povos nativos e desses com os colonizadores europeus, identificando seus efeitos no espaço. Os modos de apropriação do território brasileiro ainda hoje se fazem refletir nos conflitos territoriais, também as populações autóctones, que estiveram no centro desse processo, devem ser observadas em seu processo geohistórico.

Em diferentes escalas, observar a territorialidade de populações nativas e suas relações com outras sociedades permite tratar, de modo direto, questões de soberania e defesa do território, reconhecendo disputas e alianças que se materializam no espaço. Orientam ainda fluxos migratórios e processos de eliminação e assimilação cultural, inerentes à lógica colonial. Permitem reconhecer a criação de novas territorialidades, intensificadas pelo processo de colonização, que sob o olhar geográfico se estabelece na relação entre um povo que se expande e aquele sobre o qual se dá a expansão⁴⁵. No limite, chega-se a alterar por completo as relações dos grupos humanos com o espaço.

Nesse sentido, apenas ao observar a distribuição espacial dos povos nativos ao longo do território brasileiro já somos capazes de verificar a intrincada ocupação territorial dos autóctones, certamente mais complexa do que uma caracterização generalista de sociedades nômades. Essa talvez seja a primeira lição da análise cartográfica. Vimos que os grupos possuem diferentes graus de fixação e organização do espaço, por vezes hierarquicamente disposto com distribuição espacial de funções; locais de moradia, locais de cultivo, e para a prática de rituais.

Nesse contexto, os relatos ajudam a evidenciar que não há uma homogeneidade no comportamento social e na relação espacial que os grupos autóctones estabelecem com o espaço. Mais que isso, apontam para a lógica territorial dos conflitos, da qual os colonizadores irão se aproveitar para

⁴⁴ SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77–116.

⁴⁵ MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**, 2ed. São Paulo: Annablume, 2011.



estabelecer alianças e fixar as colônias. Diante desse nível de complexidade, buscamos novas bases conceituais. Foi nesse intuito que incorporamos os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, de modo a focar nos processos e dinâmicas espaciais narradas nos relatos que serviram de fonte aos mapas. Por fim, em termos metodológicos buscamos evidenciar o tratamento combinado de fontes escritas e cartográficas como técnica de análise geohistórica.

Data de submissão: 20/09/2024

Data de aceite: 12/03/2025

Referências

ACUÑA, Christoval. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid, 1891.

ALBERNAZ I, João Teixeira. **Descrição de toda a costa da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil**. 1642. Biblioteca Nacional de Portugal, (Arquivo), Ref. BA Cod. 52-XII-6. Desc. 1 Códice, 138f., 23 mapas, fl. 1602-1649.

ALBERNAZ I, João Teixeira. [Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará]. [S.l.: s.n.], [ca.1629]. 1 carta ms. em 3 seções, desenho a tinta, 47,3 x59,7. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

BALASH, Andrew M. **How maps tell truth by lying: an analysis of Delisle's 1718 Carte de la Louisiane**. Dissertação (Master of Arts in History) – The university of Texas, Arlington, 2008.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: poder e herança indígena**. Nordeste séculos XVI-XVII. Recife: Editora Universitária, 2007.

BESSE, Jean-Marc et al (org.). **Naissances de la géographie moderne (1760-1860): lieux, pratiques et formation de savoirs de l'espace**. Lyon: ENS editions, 2000.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia Política: território escalas de ação e instituições**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, Therezinha de. **Retrato do Brasil: atlas-texto de geopolítica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1986.

CINTRA, Jorge P. Magni Amazoni Fluvii: o mapa do Conde de Pagan. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2011, Paraty. **Anais [...]**. Minas Gerais: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CINTRA_JORGE_PIME_NTEL_1.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.



CINTRA, Jorge P. **Região amazônica**: perspectivas de uma cartografia comparada. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2011, Paraty. **Anais [...]**. Minas Gerais: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CINTRA_JORGE_PIME_NTEL_2.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

CORTESÃO, Jaime. **A colonização do Brasil**. Lisboa: Portugalia, 1969.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009.

COSTA, Maria de Fátima. El mito geografico de la laguna de los Xarayes e El Pantanal brasileo. **Anales del Museo de América**, Madri, v. 07, p. 205-218, 1999.

COSTA, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos. Lisboa: Cosmos, 1995.

DOMINGUES, Francisco Contente. Rumos da História da Cartografia. In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (Org.). **Cartógrafos para toda a Terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano**: agentes e contextos. E-book. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Centro de História d’Aquém de d’Além Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 2015. p. 23-33.

EDNEY, Matthew H. Theory and the History of Cartography. **Imago Mundi**, n. 48, p. 185–191, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1151272>. Acesso em: 13 jan. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Anete Costa. **A expedição de Pedro Teixeira**: a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia. Lisboa: Ésquilo, 2000.

HARLEY, J. B. **The new nature of maps**: Essays in the history of cartography. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

JACOB, Christian. Toward a Cultural History of Cartography. **Imago Mundi**, n. 48, p. 191–198, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1151273>. Acesso em: 13 jan. 2025.

L'ISLE, Guillaume de. **Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones**: dresseé sur les descriptions de Herrera de Laet et des PP. d' Acuña et M. Rodríguez et sur plusieurs Relations et observations posterieures. Paris [França]: Chez L'Auteur Rue Del' Cannelles pres de S. Sulpice avec privilege du Roy, 1703. 1 mapa, col., 49 x 65,5. Disponível em:



<https://bdlib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/272506>. Acesso em: 07 jan. 2025.

LAET, Jean de. **Le nouveau monde, au description des Indes Occidentalis, 1640**. Leyde: Bonav. Et Abr. Elsevier, 1994.

LANGFUR, Hal. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830**. Standford: Standford University Press, 2006.

MAGALHÃES, Basílio De. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O reconhecimento do Brasil. In: BETHENCOURT, FRANCISCO; CHAUDHURI, KIRTI (Org.). **História da expansão portuguesa**. A formação do império: 1415-1570. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

MICELI, Paulo. **O desenho do Brasil no teatro do mundo**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**, 2ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Livraria Martins, 1961.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. **Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960-2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial**. 2014. 360p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANSON, Nicolas. **Le Bresil dont la coste est possedée par les portugais et divisée en quatorze capitaineries le milieu du pays es habité par un très grand nombre de peuples presque tous incogneus**. Paris [França]: Chez Pierre Mariette, 1656. 1 mapa, 39 x 54cm. em f. 40,5 x 57,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168862/cart168862.jpg. Acesso em: 20 set. 2024.

SANSON, Nicolas. **Le cours de la rivière des Amazones dressé sur la relation**. [S.l.: s.n.], 1680. 1 mapa, 14 x 29cm em f. 21,5 x 33,5. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart513793.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

SANSON, Nicolas. **Le Perou cours de la Riviere Amazone depuis les fources jusques a la mer**. Paris [França]: Chez L'Authéur avec privilege du roy pour vingt du roy, 1656. 1 mapa, 41,2 x 56,7cm em f. 41,2 x 57,8. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart291393.htm. Acesso em: 20 set. 2024.



STRAFORINI, Rafael. A formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de colonização. **Geouerj**, v. 1, n. 18, p. 25, 2008. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1379/1169>. Acesso em: 13 jan. 2016.

SOCIÉTÉ DE SAVANTS ET DE GENS DE LETTRES. **La grande encyclopédie**. T. 21. Paris: Société anonyme de la grande encyclopedia, sd.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 77–116.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. A “ilha Brasil” de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias Sociales**, v. 22, n. 1191, 2017. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1191.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Historia geral do Brazil**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.



Anexo

Anexo I - Carte de La Terre Ferme du Perou, du Bresil et du pays des Amazones: Dressé sur les Descriptions de Herrera de Laet, et des P.P. d'Acuña, et M. Rodriguez et sur plusieurs Relations et Observations posterieures



Fonte: L'ISLE, Guillaume de. **Carte de la Terre Ferme du Perou, du Bresil et du Pays des Amazones:** dressé sur les descriptions de Herrera de Laet et des PP. d' Acuña et M. Rodriguéz et sur plusieurs Relations et observations posterieures. Paris [França]: Chez L'Auteur Rue Del' Cannettes pres de S. Sulpice avec privilege du Roy, 1703. 1 mapa, col., 49 x65,5. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/272506>. Acesso em: 07 jan. 2025.

